

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

INDICAÇÃO Nº 220/2025

Autor Vereador: FRANCIANO GONÇALVES MENEZES DE SU Sunicipal de Itiquira

Vereadores Apoiadores: Todos vereadores

Na forma regimental, indicamos ao Éxmo. Sr. Prefeito Municipal Fabiano Dalla Valle, a necessidade de "<u>VIABILIZAR E REGULAMENTAR</u>, POR MEIO DE DECRETO OU PROJETO DE LEI, A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA 30 HORAS SEMANAIS, SEM REDUÇÃO SALARIAL, AOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL VINCULADOS À PREFEITURA DE ITIQUIRA-MT".

Com base no **Regimento Interno** desta Casa, **requeiro à Mesa Diretora**, ouvido o soberano plenário, que Expediente Indicativo seja enviado ao **Poder Executivo Municipal**, visando o atendimento desta demanda.

JUSTIFICATIVA

A atuação de psicólogos e assistentes sociais no serviço público exige elevado nível de atenção, responsabilidade emocional e enfrentamento diário de situações complexas de vulnerabilidade social. A carga horária de 40 horas semanais compromete a saúde mental desses profissionais, afetando a qualidade dos serviços prestados à população.

A redução da jornada para 30 horas semanais já é reconhecida em diversos municípios brasileiros e é defendida pelos respectivos conselhos de classe, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com base em estudos que demonstram maior produtividade e melhor qualidade de vida dos servidores, sem prejuízo ao atendimento.

Em Itiquira, outras categorias já contam com carga horária reduzida, como professores e fisioterapeutas, o que reforça a viabilidade da proposta e a necessidade de isonomia no tratamento das diferentes áreas do serviço público.

A.

À

7

A Report of the second of the



PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

Além disso, diversos concursos públicos em todo o país já adotam a jornada de 30 horas para esses profissionais, demonstrando uma tendência consolidada e amplamente aceita. A regulamentação local poderá ser feita por meio de ato administrativo ou projeto de lei, conforme ocorre em outras administrações municipais.

Trata-se de uma medida justa, responsável e necessária, que visa proteger os profissionais e melhorar o atendimento à população.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta

indicação.

Adriana Pereira e Silva

MDB

Ariane de Cinque Mariano

PRD

Ediomar Gobbi

PL

Franciano G M. de Jesus

PRTB

Francisco J. P. Jota

PRD

Jefferson R. dos Santos

PODE

João Neto da Silva

PODE

José Carlos Batista

MDB

Silvane T. Leite

PSB

Itiquira/MT, 15 de agosto de 2025.